

DADOS GERAIS
EDITAL DE LICITAÇÃO – UC-G
PREGÃO ELETRÔNICO – UC-G**I. REGÊNCIA LEGAL**

Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 080/2023, Decreto Municipal nº 009/2024, Decreto Municipal nº 080/2024.

II. ÓRGÃO INTERESSADO / SETOR

PREFEITURA DE CARUARU / SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS – SEPE

III. PROCESSO LICITATÓRIO

Nº 098/2026

IV. MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90098/2026

V. OBJETO

Constitui objeto do presente **Pregão Eletrônico** o registro preços para eventual e futura Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de licença de uso, em caráter não permanente, de software on-line, com arquitetura baseada em computação em nuvem e recursos de Inteligência Artificial, destinado ao apoio à automação, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento de projetos estratégicos, por meio da unificação e tratamento inteligente do conhecimento institucional, processamento de dados estruturados e não estruturados, criação e execução de fluxos automatizados e apoio à tomada de decisões, incluindo suporte técnico, manutenção evolutiva e corretiva, atualizações tecnológicas e treinamento de usuários, para atendimento das necessidades da **Secretaria de Projetos Estratégicos – SEPE** da Prefeitura Municipal de Caruaru, conforme condições, exigências e quantidades constantes do Termo de Referência, que segue em anexo a este Edital.

VI. MODO DE DISPUTA

A disputa dar-se-á pelo modo **ABERTO** e os lances deverão respeitar o **INTERVALO MÍNIMO** de 0,5% (meio por cento).

VII. TIPO / CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO GLOBAL

VIII. PRAZOS DE VIGÊNCIA

O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ARP SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADO A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À DATA DE DIVULGAÇÃO NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP).

IX. DOS LOCAIS, DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO

LOCAL DO PREGÃO	www.gov.br/compras/pt-br UASG:982381
DATA LIMITE para recebimento das propostas	22/04/2026 às 10h00min (horário de Brasília - DF)
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	22/0342026 às 10h00min (horário de Brasília - DF)
REFERÊNCIA DE TEMPO	HORÁRIO DE BRASÍLIA

X. INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXOS	I	Termo de Referência;
	II	Modelo de Proposta de preços;
	III	Modelo de Declarações;
	IV	Minuta da ARP; e
	V	Minuta de Contrato.

XI. SOLICITAÇÃO/ACESSO AO EDITAL

Na sala da Unidade de Contratação G (UC-G), no endereço citado abaixo, no horário das 08h00min às 14h00min, ou por meio de solicitação através do e-mail: ucg.caruaru@gmail.com, na INTERNET, acessando o Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP (<https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1>), o Portal da Transparência da PMC (<https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/>) ou ainda através da Plataforma de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

XII. DADOS PARA CONTATO

Agente de Contratações/Pregoeiro: Wellington Correia dos Santos **E-mail:** ucg.caruaru@gmail.com

Endereço: Centro Administrativo I, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE, CEP: 55.016-745. **Fone:** (81) 9.8384-5665

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2026 – UC-G
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90098/2026 – UC-G
REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026

SUMÁRIO

ITEM	ASSUNTO
01.00	PREÂMBULO
02.00	OBJETO DA LICITAÇÃO
03.00	DO VALOR ORÇADO (MÁXIMO ADMITIDO)
04.00	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
05.00	COMPONENTES DESTE EDITAL
06.00	REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
07.00	DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO
08.00	DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006)
09.00	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO
10.00	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
11.00	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
12.00	DA NEGOCIAÇÃO
13.00	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA
14.00	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
15.00	DA AMOSTRA/PROVA DE CONCEITO (POC)
16.00	DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO
17.00	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
18.00	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
19.00	DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
20.00	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
21.00	DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
22.00	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
23.00	DO CONTRATO

24.00	DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
25.00	DO PRAZO DE VIGÊNCIA
26.00	DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
27.00	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
28.00	DA SUBCONTRATAÇÃO
29.00	DO PAGAMENTO
30.00	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
31.00	DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO
32.00	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90098/2026 – UC-G
SRP Nº 016/2026 – UC-G

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE CARUARU/PE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 10.091.536/0001-13, com sede na Praça Senador Teotônio Vilela, s/n – Nossa Senhora das Dores, Caruaru/PE, por ordem de sua Exma. Sra. **Secretária de Administração do Município de Caruaru-PE**, através de seu **Agente de Contratação/Pregoeiro** da UC-G, designado através da Portaria GP Nº 0318/2026, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes, a fim de atender à solicitação da **SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS – SEPE**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a contratação indicada no item 2 deste Edital, sendo realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (internet).

1.2. A licitação observará o local e horários a seguir:

LOCAIS, DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO	
LOCAL DO PREGÃO	www.gov.br/compras/pt-br UASG:982381
DATA LIMITE para recebimento das propostas	22/04/2026 às 10h00min (horário de Brasília - DF)
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	22/04/2026 às 10h00min (horário de Brasília - DF)
REFERÊNCIA DE TEMPO	HORÁRIO DE BRASÍLIA
OBSERVAÇÕES: <ul style="list-style-type: none">▪ ESTA LICITAÇÃO NÃO ESTÁ RESERVADA EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.▪ A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PODERÁ, A QUALQUER TEMPO E A SEU CRITÉRIO EXCLUSIVO, REALIZAR VISITA <i>IN LOCO</i>, INSPEÇÃO OU MEDIDA EQUIVALENTE PERANTE À(S) LICITANTE(S) E/OU CONTRATADA(S), VISANDO COMPROVAR AS INSTALAÇÕES FÍSICAS, MAQUINÁRIOS/EQUIPAMENTOS OU SITUAÇÃO CONCRETA DA(S) LICITANTE(S) E/OU CONTRATADA(S).▪ OS DOCUMENTOS ORIGINAIS ELETRÔNICOS DEVEM SER ASSINADOS POR MEIO DE CERTIFICADO DIGITAL PERTENCENTE À CADEIA DE CHAVES PÚBLICAS ICP-BRASIL.	

1.3. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante Condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.4. Os trabalhos serão conduzidos por servidor, denominado **Agente de Contratação/Pregoeiro**, habilitado e designado por Portaria, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica do **Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV** (www.gov.br/compras/pt-br).

1.5. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao **Agente de Contratação/Pregoeiro** informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

1.6. As sessões serão processadas em dias úteis, no período das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.

1.7. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico o registro de preços para eventual e futura Contratação de empresa especializada para a **prestação de serviços de licença de uso, em caráter não permanente, de software on-line, com arquitetura baseada em computação em nuvem e recursos de Inteligência Artificial, destinado ao apoio à automação, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento de projetos estratégicos, por meio da unificação e tratamento inteligente do conhecimento institucional, processamento de dados estruturados e não estruturados, criação e execução de fluxos automatizados e apoio à tomada de decisões, incluindo suporte técnico, manutenção evolutiva e corretiva, atualizações tecnológicas e treinamento de usuários, para atendimento das necessidades da Secretaria de Projetos Estratégicos – SEPE da Prefeitura Municipal de Caruaru**, conforme condições, exigências e quantidades constantes do Termo de Referência, conforme condições, exigências e quantidades constantes do Termo de Referência, que segue em anexo a este Edital.

2.2. As propostas deverão ser elaboradas considerando as descrições, quantitativos e valores máximos aceitáveis, observando-se o **VALOR TOTAL GLOBAL**, conforme disposto na tabela abaixo:

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	VALOR MÉDIO MENSAL	VALOR TOTAL
01	Implantação, Configuração e Setup da Plataforma Tecnológica baseada em Inteligência Artificial para Gestão e Monitoramento de Projetos Estratégicos, incluindo a parametrização inicial de ambiente e definição de perfis de acesso.	MÊS	1	R\$ 17.492,89	R\$ 17.492,89
02	Licenciamento de uso da Plataforma Tecnológica (SaaS) em ambiente de nuvem, incluindo hospedagem, manutenção corretiva e evolutiva, contemplando as cotas de consumo INTEGRAIS para o período de 12 meses: Até 150 contas de usuários comuns e 10 administradores; Suporte a até 6.000 acessos simultâneos; Cota Anual: Até 30 (trinta) aplicações e fluxos no-code; Cota Anual: Armazenamento/indexação de até 100.000 páginas; Cota Anual: Realização de até 2.000 buscas e consultas; Cota Anual: Até 200 (duzentos) insights de documentos; Integração com 01 número institucional de WhatsApp; Cota Anual: Até 50.000 interações pelo assistente de IA.	MÊS	12	R\$ 12.140,67	R\$ 145.688,04
03	Treinamento inicial e capacitação técnica de usuários da SEPE e órgãos envolvidos, visando a autonomia operacional na plataforma e no uso de ferramentas de automação.	MÊS	1	R\$ 6.387,50	R\$ 6.387,50
04	Suporte técnico operacional e atendimento a chamados para resolução de dúvidas e incidentes, com	MÊS	12	R\$ 1.202,06	R\$ 14.424,72

	monitoramento contínuo de disponibilidade e níveis de serviço (SLA).				
05	Serviços de atualização tecnológica e evolução funcional da plataforma, garantindo a inclusão de novos recursos, patches de segurança e melhorias de interface aplicadas mensalmente.	MÊS	12	R\$ 1.116,32	R\$ 13.395,84
VALOR TOTAL ESTIMADO (ANUAL)					R\$ 197.388,99

2.3. A licitante mais bem classificada será convocada para PROVA DE CONCEITO para análise quanto ao objeto e à compatibilidade com as especificações, conforme as regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

2.4. Não será admitida a apresentação de propostas com quantitativo inferior ao total máximo previsto neste Edital e no Termo de Referência, obrigando-se a licitante à prestação dos serviços nos respectivos limites.

3. DO VALOR ORÇADO (MÁXIMO ADMITIDO)

3.1. O Valor Total Orçado (máximo admitido) para a Contratação, objeto deste certame, inclusos os custos diretos e indiretos, é de **R\$ R\$ 197.388,99 (cento e noventa e sete mil trezentos e oitenta e oito reais e noventa e nove centavos)**.

3.2. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar os preços unitários e totais apurados pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

3.3. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos financeiros para fazer face às despesas decorrentes da contratação estão previstos no **item 17** do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

5. COMPONENTES DESTE EDITAL

5.1. Constituem anexos deste Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes anexos:

- 5.1.1. Termo de Referência; **(ANEXO I)**.
- 5.1.2. Modelo de Proposta de preços **(ANEXO II)**.
- 5.1.3. Modelo de Declarações; **(ANEXO III)**.
- 5.1.4. Minuta de Ata de Registro de Preços. **(ANEXO IV)**.
- 5.1.5. Minuta de Contrato. **(ANEXO V)**.

6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1. O certame será conduzido pelo **AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO** que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- 6.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de planejamento e contratação;
- 6.1.2. Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame;
- 6.1.3. Abrir as propostas de preços;
- 6.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 6.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 6.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

- 6.1.7. Verificar a habilitação da LICITANTE classificada em primeiro lugar;
- 6.1.8. Declarar a vencedora;
- 6.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- 6.1.10. Elaborar a ata da sessão;
- 6.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar e homologar a licitação.

6.2. Do Credenciamento:

- 6.2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 6.2.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação da Concorrência Eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do **Portal de Compras do Governo Federal**, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 6.2.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Caruaru/PE, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.
- 6.2.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
- 6.2.5. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 6.2.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema da PLATAFORMA DA LICITAÇÃO e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar deste Certame:

- 7.1.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de processamento deste certame.
- 7.1.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema, se for exigido.
- 7.1.3. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 7.1.4. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.1.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.2. Não poderão participar desta licitação:

- 7.2.1. Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru-PE, durante o prazo da sanção aplicada;
- 7.2.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 7.2.3. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;
- 7.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;
- 7.2.5. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;
- 7.2.6. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;
- 7.2.7. Empresa que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 7.2.8. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 7.2.9. Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 7.2.10. Interessados que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 7.2.11. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 7.2.11.1. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas.
- 7.2.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário)
- 7.2.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- 7.2.14. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, conforme justificativas contidas Tópico Quatro do Termo de Referência.

7.3. Como condição para participação neste Pregão Eletrônico, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) **Que não incorro nas condições do art. 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021;**
- b) Que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- d) Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- e) Que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos

- direitos e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº.14.133/2021;
- f) Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
 - g) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º. Da Constituição Federal/88.
 - h) Que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 11º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
 - I) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOPERATIVA, conforme a Lei Complementar nº.123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência. (___) sim, ME; (___) sim, EPP; (___) não, outros enquadramentos.
 - II) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Em havendo dúvidas sobre o enquadramento da(s) licitante(s) na condição de Microempresa(s) - ME ou Empresa(s) de Pequeno Porte - EPP, poderá a Administração Municipal, a critério exclusivo do **Agente de Contratação/Pregoeiro**, realizar pesquisas pertinentes nos sistemas de pagamentos da Administração Pública, e/ou solicitar da(s) participante(s) a apresentação de documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e veracidade de sua declaração para qualificação como ME ou EPP, para fins de usufruir dos benefícios da LC 123/2006.

7.4.1. A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada em declaração falsa, configurará fraude à presente licitação e ensejará a aplicação das penalidades previstas na lei, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a empresa obtenha a vantagem esperada.

7.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

<p>8. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006)</p>
--

8.1. Uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.3. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. O licitante **deverá** enviar sua proposta mediante o preenchimento até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 9.1.1. O **VALOR GLOBAL** da proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 9.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, prazo de validade ou de garantia;
- 9.1.3. Não será admitida proposta cujos quantitativos não atendam aos valores máximos previstos neste Edital.
- 9.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.2. Ao preencher as especificações, será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou sobre fornecimento de bens.

9.4. Os encargos trabalhistas acima declarados como inclusos na proposta compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.6. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 180 dias**, a contar da data de sua apresentação, independente de declaração da licitante.

9.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

9.8. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma deste Pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **a proposta** com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta de preços.

10.2. O envio da proposta, dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, intransferíveis.

10.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.5. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do **Agente de Contratação/Pregoeiro** e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.6. Os documentos de habilitação serão solicitados do licitante previamente classificado.

10.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conduzida pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**, na data e horário local indicados no preâmbulo deste Edital, no sistema eletrônico www.gov.br/compras/pt-br

11.2. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

11.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o **Agente de Contratação/Pregoeiro** e os licitantes.

11.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.7.1 O lance deverá ser ofertado pelo VALOR GLOBAL.

11.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9.1. A **licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível

11.10. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

11.11. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

11.12. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.

11.12.1. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11.13. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

11.14. Durante a fase de lances, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

11.15. Se ocorrer a desconexão do **Agente de Contratação/Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.16. No caso de a desconexão do **Agente de Contratação/Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

11.17. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “**ABERTO**”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.18. Do modo de disputa aberto seguirá a seguinte ordem de etapas:

11.18.1. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

11.18.2. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, 0,5% (meio por cento), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

11.18.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

11.18.3.1. Preenchido o requisito definido nesta subcondição, caso o **Agente de Contratação/Pregoeiro** decida não reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentaram essa decisão.

11.18.3.2. Ocorrendo o reinício previsto nesta subcondição, as **licitantes** serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior.

11.18.3.3. Encerrada a etapa de que trata o subitem 11.18.3.2, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente, de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento adotado de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

11.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Após o encerramento da fase de disputa, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo fixado para a contratação.

12.1.1. A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta da primeira colocada não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.

12.1.2. Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

12.3. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

12.4. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo fixado para a contratação, será desclassificada da licitação.

12.5. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

12.6. No caso previsto no item 12.4, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

12.7. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

13.1. A licitante mais bem classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, no prazo de **2 (duas) horas**, contado da convocação efetuada pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro** por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema www.gov.br/compras/pt-br.

13.1.1. A prorrogação de prazo de envio da proposta somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

13.2. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação previamente digitalizados.

13.3. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.jus.br, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante mais bem classificada, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

13.4. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

13.5. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Caruaru ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

13.5.1. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.5.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.5.3. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado.

13.5.4. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

13.6. Será desclassificada a propostas que:

13.6.1. Contiver vícios insanáveis;

13.6.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;

13.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

13.6.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Agente da Contratação;

13.6.4.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

13.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável;

13.6.6. Apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

13.6.7. Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

13.7. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

13.8. Se a proposta não for aceitável, se a licitante não atender às exigências de habilitação, ou, ainda, se a amostra for rejeitada, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

13.9. Classificada a proposta, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

14.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas da licitante** cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

14.2. Os documentos **deverão ser incluídos em formato digital** no Sistema no prazo de **02 (duas) horas** corridas, prorrogável por igual período, contado a partir da convocação do **Pregoeiro**.

14.2.1. A prorrogação de prazo de envio da documentação somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou de ofício, a critério do Pregoeiro, quando

constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

14.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.3.1. Sistema de Cadastramento de Fornecedores;

14.3.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

14.4. Constatada a existência de sanção que impeça a participação ou contratação, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.5. Os documentos declaratórios, incluindo a proposta, serão aceitos após o encaminhamento em campo do sistema ou por e-mail, a partir de endereço de correio eletrônico cadastrado no sistema e próprio do licitante. Havendo dúvida em relação à integridade do documento digital, poderá ser solicitada pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro** a apresentação do original.

14.6. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar **deverá apresentar** os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

14.7.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

14.7.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

14.7.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.7.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.7.5. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.7.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.7.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.7.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.8. HABILITAÇÃO TÉCNICA:

14.8.1. Para fins de qualificação técnica, o licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante executou ou executa, de forma satisfatória, serviços de natureza e complexidade semelhantes ao objeto desta licitação, consistentes no fornecimento, implantação e operação de plataforma tecnológica baseada em Inteligência Artificial, observadas as seguintes condições:

14.8.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar que a solução tecnológica ofertada, de natureza semelhante à pretendida, foi fornecida, implantada e mantida em operação contínua, por período mínimo de 12 (doze) meses consecutivos, sem reprovação técnica ou interrupções decorrentes de descumprimento contratual, entendendo-se, para fins deste item, que:

I – Reprovação técnica corresponde à inexistência de aceite formal do objeto ou à constatação técnica devidamente registrada que tenha impedido o recebimento definitivo ou a operação regular da solução;

II – Interrupções por descumprimento contratual restringem-se às paralisações imputáveis exclusivamente à contratada, não abrangendo suspensões, ajustes, alterações contratuais ou fatos supervenientes alheios à sua responsabilidade.

14.8.1.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar que a solução comprovada contempla, no todo ou em parte, funcionalidades semelhantes e compatíveis às previstas neste Estudo Técnico Preliminar, especialmente no que se refere a:

I – Gestão, acompanhamento ou monitoramento de projetos, programas ou iniciativas institucionais;

II – Automação de fluxos internos e de tarefas intensivas em conhecimento;

III – utilização de recursos de Inteligência Artificial, aprendizado de máquina ou mecanismos avançados de análise de dados;

IV – armazenamento, organização e análise de informações estruturadas e não estruturadas;

V – Geração de relatórios gerenciais, indicadores e painéis de controle (dashboards).

14.8.1.3. Comprovação de que a solução ofertada possui capacidade técnica, arquitetural e operacional compatível com plataformas institucionais de natureza semelhante, sendo apta a suportar no mínimo 6.000 (seis mil) acessos simultâneos, com níveis adequados de estabilidade, desempenho e disponibilidade, número este definido como parâmetro técnico mínimo de robustez, conforme fundamentação constante em Anexo IV do Estudo Técnico Preliminar, considerando-se, cumulativamente:

I – a disponibilização de recursos computacionais elásticos, capazes de suportar a infraestrutura da solução, permitindo escalabilidade vertical e horizontal de acordo com o volume de acessos e a carga de processamento, assegurando operação eficiente mesmo quando a demanda pontual exceder o limite mínimo estabelecido;

II – a existência de diferentes perfis de usuários, tais como gestores, técnicos, analistas e administradores, com acessos simultâneos e concorrentes;

III – a execução concomitante de processos automatizados, análises de dados e consultas em tempo real;

IV – a necessidade de escala e margem de segurança operacional, compatível com soluções estratégicas implementadas em ambiente de computação em nuvem.

a) A capacidade prevista neste item deverá ser comprovada mediante a apresentação de **documentação técnica idônea, tais como relatório de desempenho, laudo de teste de carga, declaração do fabricante da solução ou atestado complementar** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado na qual a solução se encontre ou tenha se encontrado em operação.

14.9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

Os documentos relativos as documentações fiscais só serão exigidos do licitante vencedor no momento da entrega da proposta ajustada, sendo:

14.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ/MF**);

14.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.9.3. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

14.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.9.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.9.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.9.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

14.10.1. Para comprovação da Qualificação Econômico-Financeira, os licitantes deverão apresentar:

a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, acompanhados dos termos de abertura e encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa e;

b) Certidão Negativa de Falência e Concordata, emitida pelo(s) distribuidor(es) da sede ou domicílio da licitante.

14.11. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

14.11.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo III deste Edital.

14.11.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específica, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo III deste Edital.

14.11.3. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo III deste Edital.

14.11.4. Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo III deste Edital.

14.12. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

14.13. Para fins de habilitação, a verificação pelo **Pregoeiro** nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova.

14.14. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de **90 (noventa) dias** contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de **180 (cento e oitenta) dias** da sua expedição.

14.15. Verificado o atendimento de todas as exigências contidas neste Edital e nos seus Anexos, a licitante será **DECLARADA VENCEDORA** do certame.

14.15.1. O Sistema lavrará ata circunstanciada da reunião, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo **Pregoeiro**.

14.15.2. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

14.16. Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do caput e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei n. 14.133/2021, caso não estejam contemplados no Sicaf, e a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica da licitante, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras/pt-br, quando solicitados pelo **Pregoeiro**.

14.17. O **Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.

14.17.1. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras/pt-br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.

14.17.2. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Unidade de Contratação – UG, situada no **Centro Administrativo I**, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE.

14.18. Os documentos originais eletrônicos devem ser assinados por meio de certificado digital pertencente à cadeia de chaves públicas ICP-Brasil e apresentados conforme item anterior.

14.19. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.20. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.21. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

15. DA AMOSTRA/PROVA DE CONCEITO (POC)

15.1. As regras relativas à necessidade de apresentação de amostras/prova de conceito estão estabelecidas no **item 8.2 e Anexo A** do Termo de Referência, anexo I deste Edital.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o **Agente de Contratação/Pregoeiro**, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.3. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado ou qualquer outro documento ou informação exigida não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.5. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o **Agente de Contratação/Pregoeiro** a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via plataforma do **Portal de Compras do Governo Federal** (www.gov.br/compras/pt-br), ou para o e-mail indicado no Preâmbulo deste Edital no caso de funcionalidade técnicas não permitam a anexação no referido sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas corridas**, se outro prazo não for fixado pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**, observado em todos os casos os princípios da celeridade processual e o interesse público.

16.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no **Portal de Compras do Governo Federal** (www.gov.br/compras/pt-br), com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Os esclarecimentos de dúvidas quanto a este Edital e seus anexos poderão ser solicitados por qualquer pessoa até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser enviados, mediante petição, **exclusivamente** para o endereço eletrônico ucg.caruaru@gmail.com, até às 19hs, no horário oficial de Brasília-DF.

17.2. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados vincularão os participantes e a Administração e serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.4. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

17.5. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de **10 (dez) minutos**, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

18.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir do momento da declaração do(s) vencedor(es).

18.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

18.4. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

18.5. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

18.6. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.7. As decisões dos recursos da fase de habilitação serão divulgadas no sistema do **Portal de Compras do Governo Federal** (www.gov.br/compras/pt-br).

18.8. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

18.9. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

18.10. Verificada a regularidade dos procedimentos, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

18.12. Após a fase recursal, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá negociar diretamente com a LICITANTE VENCEDORA, no sentido de se obter o melhor preço para a Administração.

19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

19.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

19.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.2. A Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail ou publicação em diário oficial do município, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

19.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **Portal de Compras do Governo Federal** (www.gov.br/compras/pt-br) na proposta/documentação de habilitação apresentada nos autos pela licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor.

20.2. A adjudicação e homologação deste Pregão Eletrônico competem à Secretária de Administração do Município de Caruaru – (Autoridade Competente), conforme estabelece o Decreto Municipal nº 075 de 29 de setembro de 2023.

21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

21.1. As regras referentes à Garantia de Execução Contratual estão previstas no **item 18** do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

22. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. O município de Caruaru-PE, através da **Secretaria de Projetos Estratégicos – SEPE**, é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

22.2. Será permitida a adesão de órgãos ou entidades não participantes à Ata de Registro de Preços, conforme condições previstas no Termo de Referência.

22.3. A **licitante** não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital.

22.4. Por ocasião da homologação da licitação, com o objetivo de formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata de Registro de Preços, será nela incluído, na forma de anexo, o registro:

22.4.1. Das **licitantes não desclassificadas** que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da **adjudicatária**, observada a classificação na licitação; e

22.4.2. Das **licitantes não desclassificadas** que mantiverem sua proposta original.

22.5. Homologado o resultado deste **Pregão**, a **licitante mais bem classificada** será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação.

22.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **licitante mais bem classificada**, desde que ocorra motivação apresentada dentro do prazo e a justificativa seja aceita pelo Município de Caruaru-PE.

22.5.2. Na hipótese de a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, fica facultado ao Município de Caruaru-PE convocar as **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pela primeira classificada.

22.5.2.1. Caso as **licitantes remanescentes** não aceitem a contratação no mesmo prazo de convocação e nas condições propostas pela primeira classificada, o Município de Caruaru-PE poderá negociar preço melhor, ainda que acima do ofertado pela **adjudicatária**.

22.5.2.2. Quando frustrada a negociação, o Município de Caruaru-PE poderá adjudicar e contratar nas condições ofertadas pelas **licitantes remanescentes**.

22.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de Prestação de serviço/fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

22.7. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Plano Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

22.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

22.9. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no art. 36 do Decreto Municipal n. 035/2024.

22.9.1. Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata, facultando-se à Administração, independentemente do cancelamento da Ata e a qualquer tempo, iniciar outro processo licitatório.

22.10. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o **fornecedor** para negociar a redução do preço registrado.

22.10.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o **fornecedor** será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

22.10.2. Na hipótese prevista na subcondição anterior, o órgão gerenciador convocará as **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

22.11. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o compromisso firmado não puder ser cumprido, o **fornecedor** poderá requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado.

22.11.1. O **fornecedor** encaminhará, juntamente ao pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

22.11.2. Caso o pedido seja deferido, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados no mercado.

22.11.3. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o **fornecedor** deverá cumprir o compromisso assumido, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei n. 14.133/2021.

21.11.3.1 Se houver o cancelamento do registro do **fornecedor**, o órgão gerenciador convocará as **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

22.12. Não havendo êxito nas negociações relativas aos ajustes aos valores praticados no mercado, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

22.13. O registro do **fornecedor** será cancelado e formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando este:

22.13.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

22.13.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

22.13.3. Não aceitar manter o seu preço registrado, na hipótese de indeferimento do pedido de alteração pelo órgão gerenciador, não comprovando a existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado em relação ao praticado no mercado;

22.13.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

22.13.4.1. Caso a sanção aplicada ao **fornecedor** não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, manter o registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

22.14. Qualquer convocação de **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva deverá observar a ordem de classificação, a compatibilidade dos preços registrados com o valor estimativo da contratação e as exigências de habilitação e de aceitabilidade da proposta previstas no Edital.

22.15. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, na Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

22.15.1.1. Por razão de interesse público;

22.15.1.2. A pedido do **fornecedor**, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

22.15.1.3. Se não houver êxito nas negociações para alteração dos preços registrados aos praticados no mercado.

22.16. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata de Registro de Preços, concluídos os procedimentos de ajuste, o Município de Caruaru-PE fará o devido apostilamento na Ata e informará às **licitantes** a nova ordem de classificação.

22.17. A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será encerrada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência ou pela contratação da totalidade do objeto nela registrado.

23. DO CONTRATO

23.1. O município de Caruaru-PE, através da Secretaria de Administração, é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e o gerenciamento da Ata de Registro de Preços será responsabilidade da **Secretaria de Projetos estratégicos – SEPE**.

23.2. Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para retirar a nota de empenho, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

23.3. Os encargos das partes bem como as normas relativas a recebimento do objeto, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do termo de referência em anexo a este Edital.

23.4. O prazo para retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor registrado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Caruaru-PE.

23.5. Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do Sicafe e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

23.6. Quando a licitante convocada não retirar a nota de empenho, no prazo e nas condições estabelecidas, outra licitante poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela licitante vencedora.

23.6.1. Caso nenhuma das licitantes aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

23.6.2. Convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

23.6.3. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

23.7. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

23.8. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital.

23.9. Para contratação do objeto desta licitação será emitido Boleto Bancário - DAM pela Secretaria da Fazenda Municipal/SEFAZ para pagamento da taxa de serviços administrativos, instituída pelo Código Tributário Municipal, nos moldes da tabela abaixo:

CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMIÇÃO, RENOVAÇÃO E/OU ADITIVOS)	TAXA CORRESPONDENTE
Até R\$ 2.000,00	UFM s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R\$ 100.000,00	UFM s 500

***Cada UFM tem o valor atual de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos).**

24. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

24.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual e reequilíbrio econômico-financeiro estão estabelecidas no subitem **7.8** do Termo de Referência, anexo a este edital.

25. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

25.1. Os prazos relativos à vigência e execução da ARP/Contrato oriundos deste certame, estão estabelecidos no **9** do Termo de Referência, anexo a este edital.

26. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

26.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos, respectivamente, nos **itens 7 e 10** do Termo de Referência, anexo a este edital.

27. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

27.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, respectivamente, nos **itens 12 e 13** do Termo de Referência, anexo a este edital.

28. DA SUBCONTRATAÇÃO

28.1. As previsões relativas à subcontratação do objeto deste certame estão estabelecidas no **item 14** do Termo de Referência, anexo a este edital.

29. DO PAGAMENTO

29.1. As condições acerca da realização dos pagamentos decorrentes da execução do contrato deste certame estão estabelecidas no **subitem 7.7** do Termo de Referência, anexo a este edital.

30. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

30.1. As regras acerca das penalidades são as estabelecidas no **item 11** do Termo de Referência, anexo a este edital.

31. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

31.1. As hipóteses relacionadas à extinção do contrato são aquelas previstas no Art. 137 da Lei 14.133/2021.

32. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

32.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração revogá-la, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 e da Lei nº 14.133/2021.

32.2. A anulação do Pregão Eletrônico induz à do contrato.

32.3. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

32.4. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

32.5. A participação da licitante neste certame implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

32.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital, Minuta de Contrato, Termo de Referência ou demais peças que compõem este processo, prevalecerá o Termo de Referência, exceto se houver manifestação em contrário do **Agente de Contratação/Pregoeiro**, devidamente formalizada.

32.7. Em caso de divergência entre o Sistema e o Edital, prevalece o Edital.

32.8. Em caso de comprovação de que o fornecimento realizado/serviço prestado difere em qualquer aspecto do contratado, a Contratante poderá exigir a correção, sem qualquer ônus para si, e ainda deverá ser ressarcida de quaisquer prejuízos que a má prestação do serviço/fornecimento tenha lhe causado.

32.9. A contratada fica obrigada a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

32.10. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** não se responsabilizará por informações que não lhe forem entregues ou que forem apresentadas em desacordo com o edital.

32.11. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá, em qualquer fase desta licitação, solicitar parecer(es) técnico(s) ao quadro de pessoal do Município de Caruaru/PE, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas ao Órgão, visando subsidiar a tomada de decisão no âmbito deste certame.

32.12. A Administração Municipal poderá, a qualquer tempo e a seu critério exclusivo, realizar visita in loco, inspeção ou medida equivalente perante à(s) licitante(s) e/ou contratada(s), visando comprovar as instalações físicas, maquinários/equipamentos ou situação concreta da(s) licitante(s) e/ou Contratada(s).

32.13. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normas que regem a matéria.

32.14. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência da Administração Pública Municipal, sem prejuízo do disposto no art. 55, II, “a” e “b”, da Lei n.º 14.133, de 2021.

32.15. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Caruaru/PE, com exclusão de qualquer outro.

32.16. O edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na internet no endereço www.gov.br/compras/pt-br, no Portal da Transparência deste Município (<https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/>), podendo ser requisitado através do e-mail: ucg.caruaru@gmail.com, e, ainda, poderá ser consultado e/ou retirado na no Departamento de Licitações e Contratações de Caruaru/PE, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE, CEP: 55.016-745, no horário das 08h00min às 14h00min.

Caruaru/PE, na data da assinatura eletrônica.

WELLINGTON CORREIA DOS SANTOS
PREGOEIRO – UC/G

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA**

O Termo de Referência, bem como os anexos que o integram, constam na Plataforma de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), bem como encontram-se disponibilizados junto ao download do edital no site do Município de Caruaru (<https://avisosdelicitacoes.caruaru.pe.gov.br/>), e ainda no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>).

Alternativamente, caso não seja possível o acesso pelos meios indicados acima, basta solicitar cópia por mensagem de correio eletrônico, através do endereço indicado na capa deste edital.

ANEXO II**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

AO
MUNICÍPIO DE CARUARU-PE
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90098/2026 – UC-G
OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
DATA DE ABERTURA: __/__/2026, ÀS __:__ HORAS.

A Empresa, inscrita no CNPJ (MF) n.º, estabelecida no(a)vem, perante este Pregoeiro, apresentar a seguinte proposta de preços para a prestação dos serviços supramencionados, conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	VALOR MÉDIO MENSAL	VALOR TOTAL
01	Implantação, Configuração e Setup da Plataforma Tecnológica baseada em Inteligência Artificial para Gestão e Monitoramento de Projetos Estratégicos, incluindo a parametrização inicial de ambiente e definição de perfis de acesso.	MÊS	1	R\$	R\$
02	Licenciamento de uso da Plataforma Tecnológica (SaaS) em ambiente de nuvem, incluindo hospedagem, manutenção corretiva e evolutiva, contemplando as cotas de consumo INTEGRAIS para o período de 12 meses: Até 150 contas de usuários comuns e 10 administradores; Suporte a até 6.000 acessos simultâneos; Cota Anual: Até 30 (trinta) aplicações e fluxos no-code; Cota Anual: Armazenamento/indexação de até 100.000 páginas; Cota Anual: Realização de até 2.000 buscas e consultas; Cota Anual: Até 200 (duzentos) insights de documentos; Integração com 01 número institucional de WhatsApp; Cota Anual: Até 50.000 interações pelo assistente de IA.	MÊS	12	R\$	R\$
03	Treinamento inicial e capacitação técnica de usuários da SEPE e órgãos envolvidos, visando a autonomia operacional na plataforma e no uso de ferramentas de automação.	MÊS	1	R\$	R\$
04	Suporte técnico operacional e atendimento a chamados para resolução de dúvidas e incidentes, com monitoramento contínuo de disponibilidade e níveis de serviço (SLA).	MÊS	12	R\$	R\$
05	Serviços de atualização tecnológica e evolução funcional da plataforma, garantindo a inclusão de novos recursos, patches de segurança e melhorias de interface aplicadas mensalmente.	MÊS	12	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO (ANUAL)					R\$

Valor total da proposta: R\$(valor por extenso)

Validade da proposta: **180 (cento e oitenta) dias**, conforme Edital;

Prazo de execução/vigência: **12 (doze) meses**, conforme Edital;

Declaramos, para os devidos fins, que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fretes, e quaisquer outros custos e despesas incidentes sobre a prestação dos serviços.

Declaramos que concordamos com todos os termos do edital.

DADOS PARA PAGAMENTO:

Banco:

Agência:

Conta:

Local,dede 2026.

Assinatura do representante legal da empresa
(identificação/nome/carimbo/etc)

ANEXO III

MODELOS DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

AO
MUNICÍPIO DE CARUARU-PE
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90098/2026 – UC-G
OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
DATA DE ABERTURA: __/__/2026, ÀS __:__ HORAS.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SDS/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpriu o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpriu as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específica;

DECLARA que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

DECLARA que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

LOCAL E DATA
ASSINATURA

_____, ____ de _____ de 2026.

☞

Nome, Ass. e CNPJ.

Obs: Este documento deverá ser emitido em papel que identifique a licitante.

ANEXO IV**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Pregão Eletrônico nº 90098/2026 – UC-G.

SRP 016/2026 – UC-G.

ARP Nº ____/2026 – UC-G.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARUARU POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SECRETARIA DE
____ E A EMPRESA ____ NOS
TERMOS DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO
ESTIPULADAS:**

O **MUNICÍPIO DE CARUARU** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.091.536/0001-13, por intermédio da **SECRETARIA DE** _____, neste ato representada pelo seu Secretário, Sr. _____, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliada no Município de Caruaru PE., doravante denominada simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90098/2026 - UC-G** para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026 - UC-G**, conforme **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 098/2026 - UC-G**; **RESOLVE** Registrar os Preços ofertados pela empresa*****pessoa jurídica de direito privado (empresa individual), com sede na Rua ***** inscrita no CNPJ***** aqui representada por seu representante legal ***** (qualificação) doravante denominado simplesmente de **FORNECEDOR REGISTRADO**; atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes as normas constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal n. 035/2024; pela LC nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, o de 2017, e mediante as condições a seguir expostas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro preços para eventual e futura Contratação de empresa especializada para a **prestação de serviços de licença de uso, em caráter não permanente, de software on-line, com arquitetura baseada em computação em nuvem e recursos de Inteligência Artificial, destinado ao apoio à automação, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento de projetos estratégicos, por meio da unificação e tratamento inteligente do conhecimento institucional, processamento de dados estruturados e não estruturados, criação e execução de fluxos automatizados e apoio à tomada de decisões, incluindo suporte técnico, manutenção evolutiva e corretiva, atualizações tecnológicas e treinamento de usuários, para atendimento das necessidades da Secretaria de Projetos Estratégicos – SEPE da Prefeitura Municipal de Caruaru**, conforme especificações, exigências e quantidades constantes do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

§ 1º. Compete ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** a prática de todos os atos de controle e de administração referentes às cláusulas estabelecidas nesta Ata.

§ 2º. A contratação com o FORNECEDOR registrado será formalizada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

§ 3º. A existência de preços registrados nesta Ata de Registro de Preços implicará compromisso de Prestação de Serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta de preços são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	VALOR MÉDIO MENSAL	VALOR TOTAL
01	Implantação, Configuração e Setup da Plataforma Tecnológica baseada em Inteligência Artificial para Gestão e Monitoramento de Projetos Estratégicos, incluindo a parametrização inicial de ambiente e definição de perfis de acesso.	MÊS	1	R\$	R\$
02	Licenciamento de uso da Plataforma Tecnológica (SaaS) em ambiente de nuvem, incluindo hospedagem, manutenção corretiva e evolutiva, contemplando as cotas de consumo INTEGRAIS para o período de 12 meses: Até 150 contas de usuários comuns e 10 administradores; Suporte a até 6.000 acessos simultâneos; Cota Anual: Até 30 (trinta) aplicações e fluxos no-code; Cota Anual: Armazenamento/indexação de até 100.000 páginas; Cota Anual: Realização de até 2.000 buscas e consultas; Cota Anual: Até 200 (duzentos) insights de documentos; Integração com 01 número institucional de WhatsApp; Cota Anual: Até 50.000 interações pelo assistente de IA.	MÊS	12	R\$	R\$
03	Treinamento inicial e capacitação técnica de usuários da SEPE e órgãos envolvidos, visando a autonomia operacional na plataforma e no uso de ferramentas de automação.	MÊS	1	R\$	R\$
04	Suporte técnico operacional e atendimento a chamados para resolução de dúvidas e incidentes, com monitoramento contínuo de disponibilidade e níveis de serviço (SLA).	MÊS	12	R\$	R\$
05	Serviços de atualização tecnológica e evolução funcional da plataforma, garantindo a inclusão de novos recursos, patches de segurança e melhorias de interface aplicadas mensalmente.	MÊS	12	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$

§ 1º. No valor registrado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento do objeto da presente Ata.

§ 2º. Poderá ser concedido o reequilíbrio econômico-financeiro quanto aos preços registrados, nos termos na alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei nº 14.133, desde que os valores continuem mais vantajosos que os preços praticados no mercado e seja observado o disposto nos parágrafos 3º e 4º da Cláusula Sexta desta Ata.

§ 3º. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo das despesas estabelecidas nesta Ata.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Em atendimento ao disposto no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços originada deste Termo de Referência, considerando a racionalização dos processos administrativos e a otimização do uso de recursos públicos.

3.2. As solicitações de adesão deverão ser formalizadas e submetidas à **SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS**, gerenciadora da Ata de Registro de Preços, acompanhadas da justificativa para a adesão, e enviadas por meio do e-mail sepe@caruaru.pe.gov.br. O pedido será avaliado e, caso autorizado, deverá respeitar os critérios de compatibilidade e planejamento para garantir o equilíbrio do contrato.

3.3. Para o controle e estimativa de quantidades passíveis de aquisição pelos órgãos ou entidades não participantes, deverão ser observados os seguintes limites;

- A adesão individual de cada órgão ou entidade não participante será limitada a **até 50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços;
- O total de adesões, cumulativamente, não poderá ultrapassar o dobro do quantitativo inicialmente registrado, garantindo-se a viabilidade operacional e financeira do contrato principal.

3.4. Os Órgãos e Entidades Não Participantes devem, antes de solicitar adesão à Ata de Registro de Preços, realizar pesquisa de mercado a fim de comprovar a vantajosidade dos preços registrados;

3.5. O órgão gerenciador se reserva o direito de analisar o impacto das adesões, considerando a garantia de atendimento prioritário às demandas dos órgãos participantes originais, conforme previsto no planejamento da licitação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão Gerenciador desta Ata é a **Secretaria de Projetos Estratégicos – SEPE**.

4.2. A(s) empresa(s) Detentora(s) da Ata de Registro de Preço oriunda deste certame deverá (ão) manter as mesmas condições de qualidade no Fornecimento/Prestação dos serviços, bem como a observância de todas as suas obrigações previstas neste documento, indiscriminadamente, a todos os órgãos participantes deste registro de preços.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. A presente Ata de Registro de Preços tem **vigência de 01 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 1º. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços **poderá ser prorrogado**, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade econômica dos valores registrados e atestado o bom desempenho das detentoras da Ata quanto às obrigações assumidas, conforme art. 84 da Lei 14.133/21 e art. 29 do Decreto Municipal nº 035/2024, devendo a renovação ocorrer em estrita consonância com o entendimento exarado pelo TCE/PE no Acórdão nº 2259/2025.

§ 2º. A prorrogação da Ata de Registro de Preços poderá importar na renovação dos quantitativos iniciais, nos termos do art. 29, § 3º do Decreto Municipal 035/2024.

§ 3º. O contrato derivado desta Ata de Registro de Preços, terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal 14.133/21.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO/RECEBIMENTO

6.1. Os serviços abrangidos no objeto da presente contratação serão implementados por etapas consecutivas ou concomitantes, conforme a natureza e a complexidade das funcionalidades da plataforma, observadas as especificações técnicas e os parâmetros de desempenho definidos neste Termo de Referência, bem como o cronograma de execução a seguir:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO PARA EXECUÇÃO	FORMA DE PAGAMENTO
Etapla I – Implantação	Implantação da plataforma, configuração inicial do ambiente, parametrização funcional, integração com sistemas institucionais indicados pela SEPE, capacitação inicial dos usuários e realização de testes operacionais.	Até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.	Pagamento da Etapa I até 30 (trinta) dias após o aceite formal da implantação.
Etapla II – Licenciamento, Suporte e Atualização	Prestação contínua dos serviços de licenciamento de uso (SaaS), suporte técnico operacional, manutenção corretiva e evolutiva, atualizações tecnológicas e apoio à operação da solução.	Durante toda a vigência contratual, após a conclusão da Etapa I.	Pagamentos mensais, após atesto da execução dos serviços pela fiscalização do contrato.

6.2. A execução contratual deverá ter início no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica devidamente fundamentada e aceita pela Administração.

6.3. A solução tecnológica deverá disponibilizar todas as funcionalidades em ambiente web, com acesso remoto e seguro, contemplando, no mínimo, as seguintes etapas e capacidades operacionais:

- Integração com bases institucionais e sistemas indicados pela SEPE, por meio de APIs ou outros meios tecnicamente adequados;
- Ingestão, processamento, organização e análise de dados estruturados e não estruturados, incluindo documentos em formatos diversos;
- Criação, configuração e operação de aplicações e fluxos automatizados em ambiente no-code ou low-code, voltados à gestão de projetos estratégicos;
- Monitoramento contínuo de projetos, metas, prazos, indicadores, riscos e entregas;
- Geração automática de relatórios, análises e painéis de controle (dashboards) para apoio à tomada de decisões estratégicas;
- Rastreabilidade completa das ações, consultas e operações realizadas na plataforma;
- Disponibilização de ambiente exclusivo para acompanhamento, auditoria e controle pela SEPE.

6.4. Os serviços serão recebidos mediante procedimento formal, que compreenderá as seguintes etapas:

- Entrega da documentação comprobatória da execução e/ou uso da plataforma no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o adimplemento de cada etapa ou período mensal;
- Recebimento provisório, realizado pelo fiscal do contrato mediante inspeção técnica, validação funcional da plataforma e análise da documentação apresentada;
- Elaboração de Relatório Circunstanciado pelo fiscal do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contendo avaliação técnica da execução;
- Recebimento definitivo, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, formalizando o aceite dos serviços e autorizando a emissão da respectiva nota fiscal.

6.5. A contratada permanecerá responsável por quaisquer vícios, falhas ou inconsistências detectadas após o recebimento definitivo, devendo promover as correções necessárias sem ônus para a Administração, nos termos da legislação vigente e das cláusulas contratuais.

6.6. A contratada deverá disponibilizar plataforma tecnológica 100% on-line, acessível por meio de credenciais individualizadas (usuário e senha), permitindo a consulta, análise e gestão de informações institucionais relacionadas aos projetos estratégicos da SEPE.

6.7. A emissão da Nota Fiscal/Fatura ficará condicionada ao recebimento definitivo dos serviços, conforme os procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência.

6.8. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** após a execução do serviço ou do período mensal correspondente, a contratada deverá apresentar toda a documentação comprobatória necessária ao atesto.

6.9. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, mediante:

- a) inspeção técnica da plataforma e das ações/funcionalidades disponibilizadas pela plataforma;
- b) verificação da conformidade com as especificações técnicas;
- c) identificação de ajustes ou correções eventualmente necessárias.

6.10. O fiscal do contrato elaborará Relatório Circunstanciado no prazo de até 10 (dez) dias corridos, registrando a análise técnica e administrativa da execução.

6.11. O recebimento definitivo ocorrerá após a validação do relatório e da documentação apresentada, formalizando o atesto da execução dos serviços.

6.12. Caso sejam identificadas irregularidades que impeçam o pagamento, a contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias.

6.13. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por danos, falhas ou descumprimentos verificados posteriormente.

6.14 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com este Termo de Referência ou com a proposta contratada, devendo ser corrigidos às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.15. LOCAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

6.15.1. A prestação dos serviços será realizada, predominantemente, de forma remota, por meio de plataforma tecnológica on-line baseada em computação em nuvem, acessível aos servidores e gestores da Secretaria de Projetos Estratégicos - SEPE e demais unidades eventualmente envolvidas, sem necessidade de deslocamento físico contínuo da contratada para a execução das atividades ordinárias. Todas as funcionalidades da solução, incluindo ingestão e análise de informações estruturadas e não estruturadas, automação de fluxos de trabalho, acompanhamento e monitoramento de projetos estratégicos, geração de relatórios gerenciais, painéis de controle (dashboards) e operação de agentes inteligentes, deverão ser integralmente executadas em ambiente digital.

6.15.2. A contratada deverá assegurar a disponibilidade, estabilidade e operacionalidade contínua da plataforma, bem como a prestação de suporte técnico remoto, garantindo que as demandas da SEPE sejam atendidas dentro dos prazos, níveis de serviço e padrões de qualidade definidos no contrato e neste Termo de Referência.

6.15.3. De forma excepcional e mediante prévio alinhamento com a Administração, poderão ser solicitadas reuniões de acompanhamento, alinhamento estratégico ou ações de capacitação presencial dos servidores, especialmente para implantação inicial, treinamentos específicos ou apresentação de resultados e relatórios gerenciais, sem que tal previsão caracterize obrigação permanente de presença física da contratada ou descaracterize a natureza predominantemente remota da prestação dos serviços.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação e não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à contratada.

7.2. Os pagamentos serão efetuados integralmente, em correspondência com os produtos/serviços efetivamente fornecidos/prestados no mês anterior ao do pagamento;

7.3. A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada no setor contábil do órgão solicitante, com endereço designado no contrato;

7.4. Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

7.5. O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor do objeto.

7.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

7.8. A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso o prazo previsto no subitem 7.2.1. será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

7.9. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto, a contratada não tenha concorrido de alguma forma; haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

7.10. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

7.11. A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REAJUSTE

§ 1º. Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do objeto, exceto quando, após o período de 12 (doze) meses iniciais de vigência da ARP/Contrato, houver prorrogação da Ata/Contrato, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado desde a data do **orçamento estimado**, em consonância com o artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º. O pedido de reajuste deverá ser formalmente requerido pela fornecedora à Administração Pública, durante a vigência da ARP/Contrato e antes de eventual prorrogação, acompanhado de documentação comprobatória, em conformidade com o Acórdão nº 1894/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE).

§ 3º. A Administração Pública terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento, para analisar e responder ao pedido, podendo o reajuste ser formalizado mediante apostilamento.

§ 4º. A aceitação da prorrogação da Ata/Contrato sem a formalização do reajuste ou a ausência de requerimento tempestivo implicará na preclusão do direito ao reajuste referente ao período prorrogado, não sendo admitidas solicitações retroativas.

§ 5º. Em caso de celebração de contrato decorrente da ARP, **nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste** ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do índice definido na cláusula primeira deste contrato, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte:

§ 6º. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro, mas não executados por culpa exclusiva da CONTRATADA.

§ 7º. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, observadas as demais condições desta cláusula.

§ 8º. O percentual final do reajuste não poderá ultrapassar o percentual limite de crescimento da despesa pública para o exercício, fixado nos termos do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional n. 126/2022 e pela Lei Complementar 200/2023.

§ 9º. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento ao contrato.

§ 10º. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ARP/Contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 124, inciso II, alínea “d”, do artigo 134 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

§ 11º. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, e, caso aprovada, deverá ser formalizada por meio de aditamento ao contrato.

§ 12º. A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulada durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

§ 13º. O CONTRATANTE terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, para decidir sobre o pedido, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

§ 14º. Qualquer revisão de preços registrada será formalizada mediante termo aditivo à Ata/Contrato, podendo ser solicitada nova planilha de composição de custos e formação de preço, quando necessário.

§ 15º. Durante o período de análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração Pública poderá suspender novas autorizações de fornecimento ou adesão à Ata, mediante solicitação da fornecedora.

9. CLÁUSULA NONA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1. Os recursos financeiros previstos para o pagamento do serviço são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Caruaru
Órgão orçamentário: 60000 - SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS
Unidade orçamentária: 60001 - SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 439 - ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA O MUNICÍPIO
Ação: 2.8039 - Atividades relativas à Estruturação de Projetos Estratégicos
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa
Fonte de recurso: 101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1. São obrigações do **FORNECEDOR**:

10.1.1. Executar integralmente os serviços previstos no contrato, assegurando a plena operacionalização da plataforma tecnológica baseada em Inteligência Artificial destinada ao apoio à gestão, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento de projetos estratégicos do Município de Caruaru, conforme as especificações deste Termo de Referência e da proposta apresentada.

10.1.2. Disponibilizar a plataforma em ambiente web, com arquitetura em computação em nuvem, garantindo disponibilidade, estabilidade, desempenho, escalabilidade e continuidade do serviço durante toda a vigência contratual.

10.1.3. Prestar suporte técnico contínuo à operação da plataforma, em modalidade remota e, quando necessário, presencial, observando os níveis de serviço (SLA) estabelecidos, com atendimento a incidentes, esclarecimento de dúvidas, correção de falhas e apoio à utilização das funcionalidades.

10.1.4. Manter a plataforma permanentemente atualizada, incluindo manutenções corretivas, evolutivas e adaptações tecnológicas necessárias à melhoria do desempenho, à segurança da informação e à aderência a alterações normativas, legais ou institucionais, sem ônus adicional para a Administração.

10.1.5. Assegurar a interoperabilidade da plataforma com os sistemas e bases institucionais utilizados pelo Município de Caruaru, especialmente aqueles relacionados ao planejamento, acompanhamento e controle de projetos estratégicos, por meio de APIs, troca estruturada de arquivos ou outros mecanismos técnicos compatíveis, garantindo integridade, rastreabilidade e atualização das informações.

10.1.6. Prestar consultoria e assessoramento técnico à SEPE, orientando quanto às melhores práticas de utilização da plataforma, estruturação de fluxos de trabalho, uso de recursos de Inteligência Artificial, organização de informações institucionais e apoio à tomada de decisões estratégicas.

10.1.7. Capacitar os servidores indicados pela Administração, por meio de treinamentos presenciais e/ou remotos, fornecimento de manuais, tutoriais e materiais de apoio, garantindo o uso adequado, seguro e eficiente da plataforma.

10.1.8. Garantir a segurança, confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações processadas na plataforma, observando rigorosamente a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como as normas e políticas internas de segurança da informação do Município.

10.1.9. Fornecer relatórios periódicos à Administração, contendo informações sobre uso da plataforma, usuários ativos, desempenho operacional, funcionalidades utilizadas, atualizações realizadas e indicadores relevantes para o acompanhamento da execução contratual.

10.1.10. Disponibilizar ao Município de Caruaru, ao final da vigência contratual ou em caso de rescisão, a integralidade das bases de dados, informações e conteúdos institucionais processados na plataforma, em formato aberto, estruturado e interoperável, assegurando que todos os dados permaneçam de propriedade exclusiva da Administração Pública.

10.1.11. Garantir que os profissionais alocados na execução do contrato possuam qualificação técnica compatível com o objeto, experiência adequada e permaneçam disponíveis durante toda a vigência contratual para suporte, treinamento, manutenção e evolução da solução.

10.1.12. Responder integralmente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não transferindo à Administração qualquer responsabilidade nesse sentido.

10.1.13. Observar todas as normas legais, regulamentares, técnicas e éticas aplicáveis à execução do objeto, atuando com transparência, boa-fé, diligência e responsabilidade, em consonância com os princípios da administração pública.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

11.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

11.1.1. Disponibilizar à CONTRATADA, de forma clara, tempestiva e adequada, as informações, documentos e dados estritamente necessários à implantação, configuração, integração e operação da solução tecnológica contratada, observadas as normas de segurança da informação e de proteção de dados aplicáveis.

11.1.2. Verificar e atestar a conformidade dos serviços prestados e da solução disponibilizada com as especificações técnicas constantes do Edital, do Termo de Referência, da proposta e do CONTRATO, para fins de aceitação, recebimento provisório e recebimento definitivo.

11.1.3. Comunicar formalmente à CONTRATADA, por escrito, eventuais falhas, inconformidades ou irregularidades verificadas na execução dos serviços ou na disponibilização da solução, solicitando as devidas correções, ajustes ou saneamentos, conforme o caso, dentro dos prazos estabelecidos contratualmente.

11.1.4. Designar formalmente servidor(es) responsável(is) pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, assegurando o acompanhamento da execução contratual e a adequada interlocução entre as partes.

11.1.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nos prazos e condições previstos no Edital e no CONTRATO, após o atesto da execução dos serviços pela fiscalização competente e a observância dos procedimentos administrativos aplicáveis.

11.1.6. Fornecer, quando solicitado, atestado(s) de capacidade técnica à CONTRATADA, desde que comprovado o regular cumprimento das obrigações contratuais e legais.

11.1.7. Não assumir responsabilidade por obrigações, compromissos ou encargos assumidos pela CONTRATADA perante terceiros, nem por danos decorrentes de atos praticados pela CONTRATADA no âmbito da execução contratual, cabendo a esta responder integralmente por tais ocorrências.

11.1.8. Viabilizar, quando necessário e mediante prévia autorização, o acesso controlado da CONTRATADA aos sistemas, ambientes digitais ou informações institucionais do Município, exclusivamente para fins de execução do objeto contratado, observadas as políticas internas de segurança da informação, controle de acesso e proteção de dados.

11.1.9. Cooperar com a CONTRATADA para a adequada execução do contrato, observados os limites legais e contratuais, disponibilizando as condições institucionais necessárias ao cumprimento dos prazos, à qualidade dos serviços e à continuidade da operação da solução tecnológica

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

12.2. Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

12.4. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

12.5. A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

12.6. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

12.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

12.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.10. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.11. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

12.12. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

12.13. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

12.14. A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do Município de Caruaru - PE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

13.1.O registro do FORNECEDOR será cancelado quando ele:

I - descumprir de forma injustificada às condições da Ata de Registro de Preços ou do instrumento de contratação dela decorrente;

II - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

III - sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo Município de Caruaru-PE, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - não aceitar o preço revisado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

V - passar por alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja sua capacidade de cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

VI - decretar falência ou insolvência civil, bem como se houver dissolução da sociedade ou falecimento do fornecedor.

§ 1º. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I e III será formalizado por despacho do Secretário do ÓRGÃO GERENCIADOR, assegurados o contraditório e a ampla defesa, consoante disposto no art. 39 do Decreto Municipal n. 035/2024.

§ 2. A extinção do registro do FORNECEDOR não afeta os registros dos demais fornecedores registrados na Ata.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1.A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, desde que formalmente explicitadas nos autos do processo e assegurados o contraditório e a ampla defesa, diante das seguintes situações:

I - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução dos serviços;

II - razões de interesse público, justificadas pelo Secretário do ÓRGÃO GERENCIADOR.

§ 1º.O FORNECEDOR será notificado para apresentar defesa no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação acerca do cancelamento.

§ 2º.A notificação a que se refere o parágrafo anterior poderá ser promovida por meio eletrônico ou outro meio hábil, nos termos do art. 39, § 1º, do Decreto Municipal n. 035/2024.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Durante a vigência da ARP/Contrato, a gestão e fiscalização será exercida pelos servidores abaixo designados:

GESTOR: Iallan Sebastião da Silva, Mat. 560443

FISCAL TITULAR: Ludmila de Oliveira Lima Aragão, Mat. 561759

15.2. O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

15.3. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da

Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

15.4. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120, da Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – COMUNICAÇÕES

16.1. Todas as comunicações entre as partes serão efetuadas por escrito e só assim produzirão seus efeitos.

Parágrafo único. O FORNECEDOR, por meio de endereço de e-mail válido, fornecido na etapa de contratação, compromete-se a receber todo e qualquer tipo de notificação, inclusive para efeitos de sanções ou penalidades, iniciando o prazo para o destinatário a partir da remessa válida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICIDADE DOS ATOS

17.1. Conforme dispõe o art. 28, § 4º, do Decreto Municipal n. 035/2024, os preços registrados na presente Ata, como condição de sua eficácia, serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ficarão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – TOLERÂNCIAS

18.1. Quaisquer tolerâncias entre as partes, observando-se a razoabilidade e o interesse público, não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas nesta Ata de Registro de Preços, as quais permanecerão íntegras.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

19.1. É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021

E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma **caruaru.1doc.com.br**

Caruaru (PE), data da assinatura eletrônica.

MUNICÍPIO DE CARUARU/PE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

– Secretário
Órgão Gerenciador

(inserir razão social da empresa)
(inserir representante legal da empresa)
Fornecedor Registrado

ANEXO V**MINUTA DE CONTRATO**

Processo Licitatório nº 098/2026 – UC-G.
Pregão Eletrônico nº 90098/2026 – UC-G.
Contrato nº ____/2026.

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARUARU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE _____ E A EMPRESA _____ NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO ESTIPULADAS:

Pelo presente instrumento, que entre si firmam, o **MUNICÍPIO DE CARUARU-PE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.091.536/0001-13, através da **SECRETARIA DE _____**, neste ato representada por seu Secretário, **Sr. _____**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, na qualidade de **CONTRATADA**, a Empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº _____, com sede _____, na cidade de _____, Estado de _____, nesta ato representada por seu sócio – gerente, **Sr. _____**, brasileiro, _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado de _____, no final subscrito, têm entre si justo e avençado o presente instrumento contratual, de acordo como Processo Licitatório realizado sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90098/2026 - UC-G** e, ainda, de acordo com a proposta de preços da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a Contratação de empresa especializada para a **prestação de serviços de licença de uso, em caráter não permanente, de software on-line, com arquitetura baseada em computação em nuvem e recursos de Inteligência Artificial, destinado ao apoio à automação, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento de projetos estratégicos, por meio da unificação e tratamento inteligente do conhecimento institucional, processamento de dados estruturados e não estruturados, criação e execução de fluxos automatizados e apoio à tomada de decisões, incluindo suporte técnico, manutenção evolutiva e corretiva, atualizações tecnológicas e treinamento de usuários, para atendimento das necessidades da Secretaria de Projetos Estratégicos – SEPE da Prefeitura Municipal de Caruaru**, conforme especificações, exigências e quantidades constantes do Termo de Referência, anexo ao Edital, sendo parte integrante do mesmo, independente de transcrição.

1.2. Este contrato reger-se-á pela Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e pelo **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90098/2026 - UC-G**, com critério de julgamento **MENOR VALOR GLOBAL**.

1.3. As características do objeto deste Contrato estão descritas e detalhadas no Termo de Referência, anexo ao Edital, parte integrante e indissociável deste instrumento independente de transcrição.

1.4. Os quantitativos indicados são estimativos podendo a SECRETARIA DEMANDANTE de Caruaru/PE executá-lo no todo ou em parte conforme necessidade de consumo e capacidade de armazenamento gerenciada pela Secretaria demandante, respeitados os limites legais de redução e acréscimo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

2.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.

§ 1º - O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, por prazo idêntico à vigência inicial, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- I. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- II. A Contratante/Município tenha interesse na continuidade dos serviços;
- III. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Contratante, permitida a negociação entre os CONTRATANTES, com a finalidade de adequação do valor a esse requisito; e
- IV. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

§ 2º - Nos termos do art. 105 da Lei n. 14.133/2021, deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

§ 3º - A Administração terá a opção de extinguir o contrato na próxima data de aniversário do contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 4º - A extinção mencionada não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da data de aniversário do contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Como contraprestação à prestação de serviços, o objeto deste acordo, o **Contratante** pagará à **Contratada** o **VALOR TOTAL ESTIMADO** de R\$ ____ (____). Destarte a CONTRATADA foi vencedora do Processo Licitatório, conforme disposto na proposta da CONTRATADA, sintetizada na tabela abaixo, posto que são os constantes do Certame.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	VALOR MÉDIO MENSAL	VALOR TOTAL
01	Implantação, Configuração e Setup da Plataforma Tecnológica baseada em Inteligência Artificial para Gestão e Monitoramento de Projetos Estratégicos, incluindo a parametrização inicial de ambiente e definição de perfis de acesso.	MÊS	1	R\$	R\$
02	Licenciamento de uso da Plataforma Tecnológica (SaaS) em ambiente de nuvem, incluindo hospedagem, manutenção corretiva e evolutiva, contemplando as cotas de consumo INTEGRAIS para o período de 12 meses: Até 150 contas de usuários comuns e 10 administradores; Suporte a até 6.000 acessos simultâneos; Cota Anual: Até 30 (trinta) aplicações e fluxos no-code; Cota Anual: Armazenamento/indexação de até 100.000 páginas; Cota Anual: Realização de até 2.000 buscas e consultas; Cota Anual: Até 200 (duzentos) insights de documentos; Integração com 01 número institucional de WhatsApp; Cota Anual: Até 50.000 interações pelo assistente de IA.	MÊS	12	R\$	R\$
03	Treinamento inicial e capacitação técnica de usuários da SEPE e órgãos envolvidos, visando a autonomia operacional na plataforma e no uso de ferramentas de automação.	MÊS	1	R\$	R\$
04	Suporte técnico operacional e atendimento a chamados para resolução de dúvidas e incidentes, com monitoramento contínuo de disponibilidade e níveis de serviço (SLA).	MÊS	12	R\$	R\$
05	Serviços de atualização tecnológica e evolução funcional da plataforma, garantindo a inclusão de novos recursos,	MÊS	12	R\$	R\$

patches de segurança e melhorias de interface aplicadas mensalmente.				
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação e não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à contratada.

§ 2º - Os pagamentos serão efetuados integralmente, em correspondência com os produtos/serviços efetivamente fornecidos/prestados no mês anterior ao do pagamento;

§ 3º - A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada no setor contábil do órgão solicitante, com endereço designado no contrato;

§ 4º - Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

§ 5º - O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor do objeto.

§ 6º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 7º - Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

§ 8º - A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso o prazo previsto no subitem 7.2.1. será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

§ 9º - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto, a contratada não tenha concorrido de alguma forma; haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

§ 10º - Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

§ 11º - A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REAJUSTE

4.1. Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do objeto, exceto quando, após o período de 12 (doze) meses iniciais de vigência da ARP/Contrato, houver prorrogação da Ata/Contrato, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado desde a data do orçamento estimado, em consonância com o artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

4.2. O pedido de reajuste deverá ser formalmente requerido pela fornecedora à Administração Pública, durante a vigência da ARP/Contrato e antes de eventual prorrogação, acompanhado de documentação comprobatória, em conformidade com o Acórdão nº 1894/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE).

4.3. A Administração Pública terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento, para analisar e responder ao pedido, podendo o reajuste ser formalizado mediante apostilamento.

4.4. A aceitação da prorrogação da Ata/Contrato sem a formalização do reajuste ou a ausência de requerimento tempestivo implicará na preclusão do direito ao reajuste referente ao período prorrogado, não sendo admitidas solicitações retroativas.

4.5. Em caso de celebração de contrato decorrente da ARP, nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do índice definido na cláusula primeira deste contrato, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte:

4.6. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro, mas não executados por culpa exclusiva da CONTRATADA.

4.7. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, observadas as demais condições desta cláusula.

4.8. O percentual final do reajuste não poderá ultrapassar o percentual limite de crescimento da despesa pública para o exercício, fixado nos termos do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional n. 126/2022 e pela Lei Complementar 200/2023.

4.9. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento ao contrato.

4.10. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ARP/Contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 124, inciso II, alínea “d”, do artigo 134 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

4.11. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, e, caso aprovada, deverá ser formalizada por meio de aditamento ao contrato.

4.12. A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulada durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

4.13. O CONTRATANTE terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, para decidir sobre o pedido, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

4.14. Qualquer revisão de preços registrada será formalizada mediante termo aditivo à Ata/Contrato, podendo ser solicitada nova planilha de composição de custos e formação de preço, quando necessário.

4.15. Durante o período de análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração Pública poderá suspender novas autorizações de fornecimento ou adesão à Ata, mediante solicitação da fornecedora.

5. CLÁUSULA QUINTA - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Os recursos financeiros previstos para o pagamento do serviço são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Caruaru
Órgão orçamentário: 60000 - SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS
Unidade orçamentária: 60001 - SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 439 - ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA O MUNICÍPIO
Ação: 2.8039 - Atividades relativas à Estruturação de Projetos Estratégicos
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa
Fonte de recurso: 101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

6. CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO/RECEBIMENTO

6.1. Os serviços abrangidos no objeto da presente contratação serão implementados por etapas consecutivas ou concomitantes, conforme a natureza e a complexidade das funcionalidades da plataforma, observadas as especificações técnicas e os parâmetros de desempenho definidos neste Termo de Referência, bem como o cronograma de execução a seguir:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO PARA EXECUÇÃO	FORMA DE PAGAMENTO
Etapla I – Implantação	Implantação da plataforma, configuração inicial do ambiente, parametrização funcional, integração com sistemas institucionais indicados pela SEPE, capacitação inicial dos usuários e realização de testes operacionais.	Até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.	Pagamento da Etapa I até 30 (trinta) dias após o aceite formal da implantação.
Etapla II – Licenciamento, Suporte e Atualização	Prestação contínua dos serviços de licenciamento de uso (SaaS), suporte técnico operacional, manutenção corretiva e evolutiva, atualizações tecnológicas e apoio à operação da solução.	Durante toda a vigência contratual, após a conclusão da Etapa I.	Pagamentos mensais, após atesto da execução dos serviços pela fiscalização do contrato.

6.2. A execução contratual deverá ter início no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica devidamente fundamentada e aceita pela Administração.

6.3. A solução tecnológica deverá disponibilizar todas as funcionalidades em ambiente web, com acesso remoto e seguro, contemplando, no mínimo, as seguintes etapas e capacidades operacionais:

- Integração com bases institucionais e sistemas indicados pela SEPE, por meio de APIs ou outros meios tecnicamente adequados;
- Ingestão, processamento, organização e análise de dados estruturados e não estruturados, incluindo documentos em formatos diversos;
- Criação, configuração e operação de aplicações e fluxos automatizados em ambiente no-code ou low-code, voltados à gestão de projetos estratégicos;
- Monitoramento contínuo de projetos, metas, prazos, indicadores, riscos e entregas;
- Geração automática de relatórios, análises e painéis de controle (dashboards) para apoio à tomada de decisões estratégicas;
- Rastreabilidade completa das ações, consultas e operações realizadas na plataforma;
- Disponibilização de ambiente exclusivo para acompanhamento, auditoria e controle pela SEPE.

6.4. Os serviços serão recebidos mediante procedimento formal, que compreenderá as seguintes etapas:

- Entrega da documentação comprobatória da execução e/ou uso da plataforma no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o adimplemento de cada etapa ou período mensal;
- Recebimento provisório, realizado pelo fiscal do contrato mediante inspeção técnica, validação funcional da plataforma e análise da documentação apresentada;

- Elaboração de Relatório Circunstanciado pelo fiscal do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contendo avaliação técnica da execução;
- Recebimento definitivo, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, formalizando o aceite dos serviços e autorizando a emissão da respectiva nota fiscal.

6.5. A contratada permanecerá responsável por quaisquer vícios, falhas ou inconsistências detectadas após o recebimento definitivo, devendo promover as correções necessárias sem ônus para a Administração, nos termos da legislação vigente e das cláusulas contratuais.

6.6. A contratada deverá disponibilizar plataforma tecnológica 100% on-line, acessível por meio de credenciais individualizadas (usuário e senha), permitindo a consulta, análise e gestão de informações institucionais relacionadas aos projetos estratégicos da SEPE.

6.7. A emissão da Nota Fiscal/Fatura ficará condicionada ao recebimento definitivo dos serviços, conforme os procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência.

6.8. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** após a execução do serviço ou do período mensal correspondente, a contratada deverá apresentar toda a documentação comprobatória necessária ao atesto.

6.9. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, mediante:

- a) inspeção técnica da plataforma e das ações/funcionalidades disponibilizadas pela plataforma;
- b) verificação da conformidade com as especificações técnicas;
- c) identificação de ajustes ou correções eventualmente necessárias.

6.10. O fiscal do contrato elaborará Relatório Circunstanciado no prazo de até 10 (dez) dias corridos, registrando a análise técnica e administrativa da execução.

6.12. O recebimento definitivo ocorrerá após a validação do relatório e da documentação apresentada, formalizando o atesto da execução dos serviços.

6.12. Caso sejam identificadas irregularidades que impeçam o pagamento, a contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias.

6.13. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por danos, falhas ou descumprimentos verificados posteriormente.

6.14 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com este Termo de Referência ou com a proposta contratada, devendo ser corrigidos às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.15. LOCAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

6.15.1. A prestação dos serviços será realizada, predominantemente, de forma remota, por meio de plataforma tecnológica on-line baseada em computação em nuvem, acessível aos servidores e gestores da Secretaria de Projetos Estratégicos - SEPE e demais unidades eventualmente envolvidas, sem necessidade de deslocamento físico contínuo da contratada para a execução das atividades ordinárias. Todas as funcionalidades da solução, incluindo ingestão e análise de informações estruturadas e não estruturadas, automação de fluxos de trabalho, acompanhamento e monitoramento de projetos estratégicos, geração de relatórios gerenciais, painéis de controle (dashboards) e operação de agentes inteligentes, deverão ser integralmente executadas em ambiente digital.

6.15.2. A contratada deverá assegurar a disponibilidade, estabilidade e operacionalidade contínua da plataforma, bem como a prestação de suporte técnico remoto, garantindo que as demandas da SEPE sejam atendidas dentro dos prazos, níveis de serviço e padrões de qualidade definidos no contrato e neste Termo de Referência.

6.15.3. De forma excepcional e mediante prévio alinhamento com a Administração, poderão ser solicitadas reuniões de acompanhamento, alinhamento estratégico ou ações de capacitação presencial dos servidores, especialmente para implantação inicial, treinamentos específicos ou apresentação de resultados e relatórios gerenciais, sem que tal previsão caracterize obrigação permanente de presença física da contratada ou descaracterize a natureza predominantemente remota da prestação dos serviços.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/CONTRATANTE

7.11. A Contratante obriga-se:

7.11.1. Disponibilizar à CONTRATADA, de forma clara, tempestiva e adequada, as informações, documentos e dados estritamente necessários à implantação, configuração, integração e operação da solução tecnológica contratada, observadas as normas de segurança da informação e de proteção de dados aplicáveis.

7.11.2. Verificar e atestar a conformidade dos serviços prestados e da solução disponibilizada com as especificações técnicas constantes do Edital, do Termo de Referência, da proposta e do CONTRATO, para fins de aceitação, recebimento provisório e recebimento definitivo.

7.11.3. Comunicar formalmente à CONTRATADA, por escrito, eventuais falhas, inconformidades ou irregularidades verificadas na execução dos serviços ou na disponibilização da solução, solicitando as devidas correções, ajustes ou saneamentos, conforme o caso, dentro dos prazos estabelecidos contratualmente.

7.11.4. Designar formalmente servidor(es) responsável(is) pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, assegurando o acompanhamento da execução contratual e a adequada interlocução entre as partes.

7.11.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nos prazos e condições previstos no Edital e no CONTRATO, após o atesto da execução dos serviços pela fiscalização competente e a observância dos procedimentos administrativos aplicáveis.

7.11.6. Fornecer, quando solicitado, atestado(s) de capacidade técnica à CONTRATADA, desde que comprovado o regular cumprimento das obrigações contratuais e legais.

7.11.7. Não assumir responsabilidade por obrigações, compromissos ou encargos assumidos pela CONTRATADA perante terceiros, nem por danos decorrentes de atos praticados pela CONTRATADA no âmbito da execução contratual, cabendo a esta responder integralmente por tais ocorrências.

7.11.8. Viabilizar, quando necessário e mediante prévia autorização, o acesso controlado da CONTRATADA aos sistemas, ambientes digitais ou informações institucionais do Município, exclusivamente para fins de execução do objeto contratado, observadas as políticas internas de segurança da informação, controle de acesso e proteção de dados.

7.11.9. Cooperar com a CONTRATADA para a adequada execução do contrato, observados os limites legais e contratuais, disponibilizando as condições institucionais necessárias ao cumprimento dos prazos, à qualidade dos serviços e à continuidade da operação da solução tecnológica.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.11. Caberá à Contratada, além das obrigações legais:

8.11.1. Executar integralmente os serviços previstos no contrato, assegurando a plena operacionalização da plataforma tecnológica baseada em Inteligência Artificial destinada ao apoio à gestão,

desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento de projetos estratégicos do Município de Caruaru, conforme as especificações deste Termo de Referência e da proposta apresentada.

8.11.2. Disponibilizar a plataforma em ambiente web, com arquitetura em computação em nuvem, garantindo disponibilidade, estabilidade, desempenho, escalabilidade e continuidade do serviço durante toda a vigência contratual.

8.11.3. Prestar suporte técnico contínuo à operação da plataforma, em modalidade remota e, quando necessário, presencial, observando os níveis de serviço (SLA) estabelecidos, com atendimento a incidentes, esclarecimento de dúvidas, correção de falhas e apoio à utilização das funcionalidades.

8.11.4. Manter a plataforma permanentemente atualizada, incluindo manutenções corretivas, evolutivas e adaptações tecnológicas necessárias à melhoria do desempenho, à segurança da informação e à aderência a alterações normativas, legais ou institucionais, sem ônus adicional para a Administração.

8.11.5. Assegurar a interoperabilidade da plataforma com os sistemas e bases institucionais utilizados pelo Município de Caruaru, especialmente aqueles relacionados ao planejamento, acompanhamento e controle de projetos estratégicos, por meio de APIs, troca estruturada de arquivos ou outros mecanismos técnicos compatíveis, garantindo integridade, rastreabilidade e atualização das informações.

8.11.6. Prestar consultoria e assessoramento técnico à SEPE, orientando quanto às melhores práticas de utilização da plataforma, estruturação de fluxos de trabalho, uso de recursos de Inteligência Artificial, organização de informações institucionais e apoio à tomada de decisões estratégicas.

8.11.7. Capacitar os servidores indicados pela Administração, por meio de treinamentos presenciais e/ou remotos, fornecimento de manuais, tutoriais e materiais de apoio, garantindo o uso adequado, seguro e eficiente da plataforma.

8.11.8. Garantir a segurança, confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações processadas na plataforma, observando rigorosamente a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como as normas e políticas internas de segurança da informação do Município.

8.11.9. Fornecer relatórios periódicos à Administração, contendo informações sobre uso da plataforma, usuários ativos, desempenho operacional, funcionalidades utilizadas, atualizações realizadas e indicadores relevantes para o acompanhamento da execução contratual.

8.11.10. Disponibilizar ao Município de Caruaru, ao final da vigência contratual ou em caso de rescisão, a integralidade das bases de dados, informações e conteúdos institucionais processados na plataforma, em formato aberto, estruturado e interoperável, assegurando que todos os dados permaneçam de propriedade exclusiva da Administração Pública.

8.11.11. Garantir que os profissionais alocados na execução do contrato possuam qualificação técnica compatível com o objeto, experiência adequada e permaneçam disponíveis durante toda a vigência contratual para suporte, treinamento, manutenção e evolução da solução.

8.11.12. Responder integralmente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não transferindo à Administração qualquer responsabilidade nesse sentido.

8.11.13. Observar todas as normas legais, regulamentares, técnicas e éticas aplicáveis à execução do objeto, atuando com transparência, boa-fé, diligência e responsabilidade, em consonância com os princípios da administração pública.

9. CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTATAÇÃO

9.1. É permitida a subcontratação de até 30% do objeto da presente licitação, limitada aos seguintes serviços:

- a) Hospedagem em data centers terceirizados ou serviços em nuvem, observando os requisitos de segurança, confidencialidade e integridade dos dados da Administração;
- b) Suporte técnico especializado específico, restrito a atividades complementares, treinamento e manutenção corretiva, desde que não comprometa a responsabilidade da contratada principal;
- c) Serviços complementares de infraestrutura tecnológica, incluindo monitoramento, backup e transmissão segura de dados, necessários à operação eficiente do sistema.

9.2. A contratada principal manterá responsabilidade integral pela execução de todas as obrigações do contrato, incluindo os serviços subcontratados, devendo:

- a) Assegurar que os subcontratados cumpram integralmente os requisitos técnicos, legais, de segurança e de qualidade previstos no edital;
- b) Garantir que os prazos e níveis de serviço (SLA) contratados sejam rigorosamente atendidos;
- c) Assumir integralmente os riscos decorrentes de falhas ou descumprimentos por parte do subcontratado.

9.3. A subcontratação deverá ser previamente comunicada e aprovada pela Administração, mediante:

- a) Apresentação do nome do subcontratado, escopo detalhado dos serviços e percentual do objeto subcontratado;
- b) Comprovação de que os profissionais, infraestrutura e tecnologia do subcontratado atendem aos requisitos do edital;
- c) Registro formal no contrato, com responsabilidades e obrigações definidas de forma clara.

9.4. A Administração se reserva o direito de acompanhar, fiscalizar e aprovar qualquer alteração na subcontratação, podendo exigir substituição do subcontratado que não cumpra os requisitos estabelecidos, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada principal.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

10.1.1. Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.1.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.1.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

10.1.3. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

10.1.4. A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

10.1.5. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

10.1.6. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

10.1.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

10.1.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.1.9. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.1.10. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

10.1.11. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

10.1.12. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

10.1.13. A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do Município de Caruaru - PE, não

podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.333, de 2021.

11.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

11.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS AGENTES DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Durante a vigência da ARP/Contrato, a gestão e fiscalização será exercida pelos servidores abaixo designados:

GESTOR: Iallan Sebastião da Silva, Mat. 560443

FISCAL TITULAR: Ludmila de Oliveira Lima Aragão, Mat. 561759

12.2. O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

12.3. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

12.4. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120, da Lei nº 14.133/21

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua extinção, conforme disposto nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3. Os casos de extinção contratual por inexecução total ou parcial serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.4. A extinção deste contrato poderá ocorrer:

I - por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do CONTRATANTE;

No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

III - determinada por decisão arbitral, compromisso arbitral ou por decisão judicial.

13.5. A extinção unilateral ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do CONTRATANTE e reduzida a termo no respectivo processo.

13.6. A declaração de extinção deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa CONTRATADA não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para a alteração subjetiva.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º. O valor da garantia a ser prestada corresponde à R\$ _____ (_____).

§ 2º. Caso a CONTRATADA opte pelo seguro-garantia, a apólice deverá ser apresentada antes a assinatura do CONTRATO, ficando-lhe assegurado prazo mínimo de 1 (um) mês entre a homologação da licitação e a assinatura deste instrumento.

§ 3º. Caso a CONTRATADA opte pela fiança bancária ou pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, a garantia será prestada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do presente CONTRATO, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa aceita pela CONTRATANTE.

§ 4º. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas no CONTRATO e poderá ensejar a extinção do CONTRATO.

§ 5º. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a. a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b. b) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- c. c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, bem como obrigações para com o FGTS, não honradas pela CONTRATADA.

§ 6º. A garantia deverá ter validade durante toda a execução do CONTRATO e após 90 (noventa) dias do término do prazo de vigência contratual.

§ 7º. Nos casos de prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO ou de alteração do seu valor, por acréscimos, reajuste ou revisão de preços, a garantia deverá ser renovada ou complementada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

§ 8º. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação ou de multas e indenizações, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição/complementação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

§ 9º. Na hipótese de suspensão do CONTRATO por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 10º. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia:

- a) A apólice permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas;
- b) A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do CONTRATO principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- c) Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no CONTRATO;
- d) Ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

§ 11º. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica indicada no instrumento contratual, com correção monetária.

§ 12º. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

§ 13º. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

§ 14º. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter e executar, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no CONTRATO.

§ 15º. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do CONTRATO, ou a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, mediante a comprovação, por termo circunstanciado, de que a CONTRATADA pagou, até o 45º (quadragésimo quinto) dia após o encerramento da prestação dos serviços, todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação ou que realocou todos os empregados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

§ 16º. Em caso de não comprovação, a CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao CONTRATO ou para quitação das contribuições previdenciárias e do FGTS não adimplidas.

§ 17º. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades, mas o garantidor não é parte legítima para figurar no respectivo processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DESPESAS DO CONTRATO

15.1. Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Único: Serão da contratada todas as despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do Contrato, conforme preconizado no art. 121, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada pela manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, documentos, registros, conteúdos e bases informacionais a que venha a ter acesso em razão da execução do objeto contratual, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgá-los, reproduzi-los ou utilizá-los

para fins diversos daqueles estritamente necessários à execução dos serviços, sob pena das sanções legais cabíveis, independentemente da classificação de sigilo eventualmente atribuída pela CONTRATANTE.

16.2. A CONTRATADA não poderá divulgar, repassar ou tornar acessíveis a terceiros quaisquer informações, dados ou conhecimentos obtidos em virtude da execução do contrato, salvo mediante autorização prévia e expressa, por escrito, da CONTRATANTE.

16.3. As partes comprometem-se a observar e proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), bem como do Decreto Municipal nº 058, de 09 de maio de 2024. O tratamento de dados pessoais dar-se-á exclusivamente com base nas hipóteses legais previstas nos arts. 7º, 11 e, quando aplicável, 14 da LGPD, para finalidades legítimas, específicas, explícitas e compatíveis com o objeto contratual.

16.4. A CONTRATADA obriga-se a observar rigorosamente os deveres de proteção, confidencialidade e sigilo de todas as informações, dados pessoais e bases de dados a que tiver acesso, sendo vedada a utilização desses dados para qualquer finalidade distinta da execução dos serviços contratados, ainda que de forma indireta ou anonimizada.

16.5. Os dados tratados no âmbito deste contrato deverão ser armazenados em ambiente seguro, com mecanismos de controle de acesso baseados em perfis de usuário (role-based access control), registro de logs, rastreabilidade das operações e identificação inequívoca dos usuários, de modo a permitir auditoria completa e apuração de eventuais falhas ou desvios, sendo expressamente vedado o compartilhamento com terceiros não autorizados.

16.6. A CONTRATADA deverá implementar medidas técnicas e administrativas adequadas e proporcionais para assegurar a proteção dos dados pessoais e das informações institucionais, prevenindo acessos não autorizados, vazamentos, perdas, alterações indevidas, destruição ou qualquer forma de tratamento ilícito ou inadequado, reduzindo os riscos à Administração Pública Municipal.

16.7. A CONTRATADA deverá manter registros atualizados das operações de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito do contrato, assegurando sua rastreabilidade e disponibilidade como prova eletrônica sempre que necessário.

16.8. A CONTRATADA deverá permitir e facilitar a realização de auditorias técnicas ou administrativas pela CONTRATANTE, disponibilizando todas as informações, evidências e documentos necessários para demonstrar a conformidade com as obrigações de proteção de dados e segurança da informação.

16.9. Sempre que solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar documentação comprobatória da adoção e manutenção das medidas de segurança exigidas, de forma a assegurar a auditabilidade da solução tecnológica e a conformidade com a legislação aplicável.

16.10. A CONTRATADA será responsável por garantir que todos os seus colaboradores, consultores ou prestadores de serviço que tenham acesso a dados ou informações da CONTRATANTE estejam formalmente comprometidos com o dever de confidencialidade e proteção de dados, mantendo tais termos disponíveis para verificação pela Administração, quando solicitado.

16.11. A CONTRATADA deverá revogar imediatamente todos os acessos concedidos a seus colaboradores ou terceiros que deixem de atuar na execução do contrato, garantindo a atualização tempestiva dos controles de acesso.

16.12. É vedada à CONTRATADA a disponibilização, cessão ou transmissão, a qualquer título, de dados pessoais, informações institucionais ou bases de dados tratadas no âmbito do contrato, sem autorização expressa e formal da CONTRATANTE.

16.13. A CONTRATADA deverá dispor de plano de resposta a incidentes de segurança da informação, incluindo procedimentos de contenção, mitigação e comunicação, de modo a reduzir ou evitar danos aos titulares de dados e à Administração Pública.

16.14. Encerrada a vigência contratual ou atingida a finalidade do tratamento, a CONTRATADA deverá interromper o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela CONTRATANTE e, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, proceder à eliminação completa dos dados e de eventuais cópias existentes, salvo nas hipóteses em que a manutenção seja exigida por obrigação legal, mediante instruções expressas da CONTRATANTE.

16.15. Eventuais responsabilidades decorrentes do tratamento de dados pessoais serão apuradas nos termos da Seção III do Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e contratuais cabíveis.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Para assinatura deste contrato, a contratada deverá efetuar o pagamento da taxa de serviços administrativos, instituída pelo Código Tributário Municipal, no valor de **R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos)**, nos moldes da tabela a seguir:

CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMIÇÃO, RENOVAÇÃO E/OU ADITIVOS)	TAXA CORRESPONDENTE
Até R\$ 2.000,00	UFM s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R\$ 100.000,00	UFM s 500

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS TOLERÂNCIAS

19.1. Quaisquer tolerâncias entre as partes, observando-se a razoabilidade e o interesse público, não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICIDADE

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste instrumento.

20.2. Conforme dispõe o artigo 94, da Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente instrumento contratual e seus aditamentos serão divulgados pelo CONTRATANTE no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no seu sítio eletrônico oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A contratada ficará responsável pelo fornecimento integral dos serviços objeto desta contratação, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e na proposta vencedora, garantindo a execução com

a qualidade, regularidade e integralidade exigidas, em conformidade com as especificações técnicas e condições pactuadas.

21.2. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal exigidas para sua participação no certame, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

22.1. É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma **caruaru.1doc.com.br**

Caruaru (PE), data da assinatura eletrônica.

MUNICÍPIO DE CARUARU/PE

Secretaria de _____

Sra. _____

Secretária

Contratante

(inserir razão social da empresa)

(inserir representante legal da empresa)

Contratada